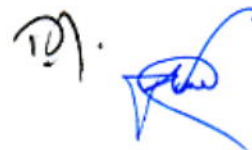




PROTOCOLO ENTRE
A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP) E A
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS (ANAFRE)

Considerando que:

- ⊙ A Constituição da República Portuguesa consagra que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais;
- ⊙ Existe uma autonomia entre as diversas autarquias locais, não havendo, pois, sujeição ou subordinação entre elas, mas somente as diferenças que advêm da diversidade da capacidade de intervenção de cada autarquia;
- ⊙ A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro - Lei Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais - comete responsabilidades aos municípios e às freguesias;
- ⊙ A descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível territorial melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade dos cidadãos;
- ⊙ O que é relevante é a racionalidade e eficácia da acção administrativa e das políticas públicas e a proximidade dos cidadãos;
- ⊙ Não existem impedimentos a uma descentralização funcional no território municipal, devendo esta ser usada para evitar burocracias e para aproximar os serviços das populações;



- ⊙ Está em curso um processo de descentralização para os municípios, sendo importante que, nessa linha, e concretizando o princípio da subsidiariedade, as juntas de freguesia exerçam mais competências;
- ⊙ Importa testar e experimentar na prática o exercício de novas competências, princípio basilar defendido para o processo de descentralização administrativa;
- ⊙ As associações representativas das freguesias e dos municípios consideram essencial que se inicie um processo que propicie o exercício de mais competências pelas juntas de freguesia;

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), representadas pelos respectivos Presidentes, celebram o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Artigo 1º
(Objecto)

As responsabilidades definidas neste instrumento poderão ser exercidas pelos órgãos das juntas de freguesia, respondendo estas pela realização das actividades respectivas, mediante contratualização a celebrar através de Protocolo entre cada um dos municípios e cada uma das freguesias.

Artigo 2º
(Âmbito)

1. As áreas objecto de assunção de responsabilidades a exercer por todas ou algumas freguesias são as seguintes:

- a) Manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, do respectivo equipamento e material didáctico, bem como dos espaços envolventes;
- b) Construção, gestão e conservação dos equipamentos desportivos, culturais e recreativos municipais, situados na área da freguesia;
- c) Gestão e conservação dos parques infantis municipais, situados na área da freguesia;

107.



- d) Gestão e conservação dos parques de campismo e de lazer municipais, situados na área da freguesia, nos termos e condições previstas em Regulamento Municipal;
 - e) Gestão e conservação dos jardins e espaços verdes municipais, situados na área da freguesia;
 - f) Licenciamento, gestão e manutenção dos mercados e feiras, situados na área da freguesia, nos termos e condições previstas em Regulamento Municipal;
 - g) Participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projectos de acção social do âmbito da freguesia;
 - h) Promoção e apoio ao desenvolvimento das actividades artesanais e das manifestações etnográficas de interesse local;
 - i) Participação em associações para o desenvolvimento rural;
 - j) Construção e manutenção de caminhos;
 - l) Apoio a actividades culturais de interesse para a freguesia;
 - m) A matrícula de ciclomotores, de motociclos de cilindrada não superior a 50 cm³ e de veículos agrícolas;
 - n) Fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais, em áreas a determinar;
 - o) Licenciamento de publicidade comercial na área da freguesia, nos termos e condições previstas em Regulamento Municipal;
 - p) Os licenciamentos previstos no DL 264/2002, de 25 de Novembro, que o princípio da subsidiariedade aconselhe deverem ser concedidos ao nível da freguesia;
 - q) Representação nas Assembleias das Escolas;
- 2) Sempre que tecnicamente possível, as câmaras municipais devem disponibilizar às juntas de freguesia serviços «on line».

- 3) O exercício, por parte das juntas de freguesia, das responsabilidades previstas no presente artigo, não podem aumentar as despesas do município de origem, nem provocar um aumento de pessoal.

Artigo 3º

(Modelo de contratualização)

1. A contratualização a celebrar mediante protocolo obedecerá a um modelo tipo a acordar entre a ANMP e a ANAFRE.
2. Cabe à Comissão de Acompanhamento e Avaliação prevista no artigo 8º identificar e priorizar as áreas de intervenção objecto de contratualização.
3. Os primeiros modelos de contratualização com os respectivos custos padrão, deverão estar concluídos até ao prazo de um ano após a identificação referida no número anterior.
4. A contratualização é aprovada pelos órgãos do município e da freguesia, nos termos do previsto na alínea l) do n.º2 do artigo 17, na alínea c) do n.º5 do artigo 34, na alínea s) do n.º2 do artigo 53 e na alínea c) do n.º6 do artigo 64, bem como no artigo 66, todos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
5. Sem prejuízo do número seguinte, a contratualização tem a duração do mandato autárquico.
6. Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, poderá haver rescisão da contratualização mediante comunicação de uma das partes com, pelo menos, 6 meses de antecedência.
7. Na situação prevista no número anterior, têm que ficar salvaguardadas todas as questões relativas a pessoal e/ou meios técnicos afectos ao exercício da contratualização efectuada.

Artigo 4º
(Financiamento)

1. As competências objecto de contratualização e os respectivos meios constam obrigatoriamente das opções do plano e do orçamento da câmara municipal.
2. Para cada ano e para as competências atrás descritas, as actividades descentralizadas serão financiadas através da transferência das verbas para o efeito inscritas no orçamento municipal, cujos valores obedecerão a custos padrão previamente definidos pela ANMP e pela ANAFRE.
3. As responsabilidades a contratualizar entre os municípios e as freguesias que abrangem a cobrança de taxas, não envolvem a transferência de meios financeiros nem recursos humanos.

Artigo 5º
(Recursos técnicos e humanos)

1. Com respeito ao princípio da utilização plena de cada unidade de trabalho, e de acordo com o estipulado no n.º2 do artigo 2º do presente Protocolo, os municípios colocarão à disposição das freguesias os meios humanos e técnicos necessários à prossecução cabal das responsabilidades assumidas.
2. O pessoal é destacado para a freguesia nos termos do n.º4 do artigo 66 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
3. Duas ou mais juntas de freguesia poderão utilizar os serviços do mesmo funcionário sendo as condições fixadas por acordo entre as partes.

Artigo 6º
(Audição das Freguesias)

1. A ANMP e a ANAFRE acordam a conveniência dos municípios solicitarem parecer às freguesias previamente à tomada de decisões ou deliberações, relativamente às seguintes matérias:

- a) Ocupação privativa do domínio público municipal, situado na área da freguesia;
 - b) Estabelecimento da denominação das ruas e praças;
 - c) Estacionamento dos veículos nas ruas e demais lugares públicos;
 - d) Fixação de horários dos estabelecimentos comerciais, de restauração e de bebidas, com ou sem sala de dança;
 - e) Fixação dos contingentes e regimes de estacionamento no âmbito dos transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros;
 - f) Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre.
2. O parecer previsto no número anterior deve ser emitido pela junta de freguesia, no prazo de 10 dias úteis.

Artigo 7º

(Adesão)

A ANMP e a ANAFRE desenvolverão os esforços necessários à informação e sensibilização das autarquias por si representadas, no sentido da sua adesão ao presente protocolo.

Artigo 8º

(Acompanhamento e Avaliação)

1. A ANMP e a ANAFRE devem ter conhecimento dos protocolos de adesão celebrados pelas suas representadas, devendo para o efeito constituir uma comissão paritária de acompanhamento do processo de transferência, a qual reunirá com periodicidade trimestral.
2. A ANMP e a ANAFRE promoverão a avaliação anual do exercício de cada uma das responsabilidades objecto do presente protocolo, no sentido de concluírem pela revogação total ou parcial do protocolado, pelo seu eventual aperfeiçoamento ou pela proposta ao Governo da transferência definitiva por via legislativa.

Artigo 9º
(Produção de efeitos)

O presente protocolo produz efeitos após a sua assinatura e é válido pelo período do mandato autárquico em curso.

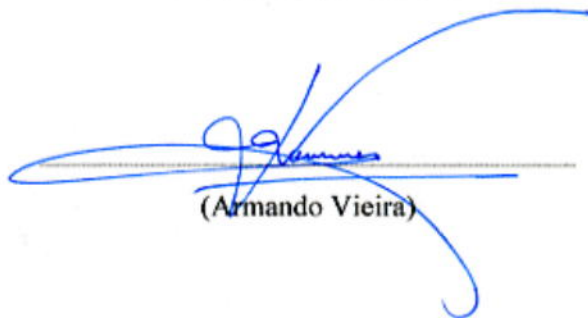
Lisboa, 16 de Dezembro de 2002

O Presidente da ANMP

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'F' followed by a dot and a vertical stroke.

(Fernando Ruas)

O Presidente da ANAFRE

A handwritten signature in blue ink, featuring a large, sweeping loop at the end.

(Armando Vieira)